

PLENO EMPREGO DE NUTRICIONISTAS POUPA MILHÕES

Emílio Peres

Na generalidade das populações dos países ricos, e em amplos grupos sociais de países em desenvolvimento, aumenta a prevalência de doenças metabólicas e degenerativas, que dizem, qual endemia, as pessoas adultas, ou seja, dos escalões etários mais produtivos. Na União Europeia, este descalabro sanitário preocupa cada vez mais as autoridades, mercê do crescimento das incapacidades temporária e definitiva, das mortes precoces, da perda de produtividade e dos custos da medicina curativa e recuperadora.

Também deveria preocupar as nossas autoridades; um estudo do Centro de Estudos da Nutrição do Instituto Nacional de Saúde concluiu, em 1985, que as más práticas alimentares dos portugueses acarretaram nesse ano ao país um prejuízo de 238 milhões de contos. Extrapolando para hoje o valor do dinheiro e o aumento de prevalência e gravidade das referidas doenças, este ano, o custo dos erros alimentares em Portugal deve rondar 800 milhões de contos!

Esta situação pede (o bom senso exige) definir uma política nutrio-alimentar, não apenas para resolver os défices quantitativos de alimentos, que afectam cerca de 20% dos portugueses, mas sobretudo para resolver

todos os problemas alimentares, inclusive os que resultam de más escolhas e de consumos exagerados e desequilibrados.

Definir uma política alimentar orientada para a saúde é uma questão actual para os países europeus (que, aliás, comportam-se como avestruzes e fazem de conta que não vêem nada), já que o esbanjamento e a lesão ecológica decorrente ameaçam o bem-estar e a qualidade de vida dos seus cidadãos e afectam a viabilidade económica da própria Europa e de estados terceiros. A má alimentação, hoje corrente, é nefasta para a saúde individual e colectiva e responsável directa pelo aumento brutal e imparável das despesas com cuidados médicos curativos e com prestações sociais. Medidas avulsas repressivas, com taxas moderadoras, corte nas participações de medicamentos ou atraso da idade de reforma, traduzem-se na poupança de umas gotas de água que não secam o mar de custos evitáveis. A filosofia da cura e da reabilitação, prevalente no Ministério da Saúde e muito apreciada pelas populações, secundariza o alto valor da prevenção e os transcendentais benefícios da promoção da saúde.

O MUNDO ACABA-SE

A par dos problemas sanitários dependentes de erros alimentares, o

sobreconsumo de alimentos e a preferência por produtos industrialmente processados, já que os desperdícios são imensos e a energia necessária ao processamento é enorme, levam ao aproveitamento menos económico dos bens naturais e à delapidação rápida dos recursos naturais.

Devemos reflectir em termos humanos e da terra: deixamo-nos sofrer e matar, cada vez mais depressa e com maiores gastos, pelo apelo consumista, pelo lixo alimentar e pela nossa ignorância? Vamos concorrer com o nosso esbanjamento para a fome dos deserdados do Terceiro Mundo e para a delapidação de recursos e equilíbrios naturais.

No que respeita a Portugal, vamos deixar submergir a nossa tradição alimentar saudável (apesar dos abusos de sal e bebidas alcoólicas) pelas desordenadas, hipercalóricas, hipergordas e pobremente protectoras modas alimentares que estamos a importar de países que nada têm para nos ensinar quanto a comida? De jeans, t-shirts e surf não nos vêm males, mas de lixo-alimentar e de uma curta hora para almoçar resultam grandes desgraças.

NUTRICIONISTAS JÁ E EM FORÇA

Portugal forma nutricionistas há

mais anos do que o geral dos países europeus; como acontece ao longo da história, somos pioneiros, mas não gozamos os benefícios. De facto, a administração pública desconhece, quase não os contacta e aproveita-se de alguns pagando-lhes através do famigerado "regime de recibo verde".

O contributo dos nutricionistas para a definição da política nutrio-alimentar nas sociedades afluentes é indispensável (dizem-no organizações internacionais; e a natureza da sua intervenção tem sido discutida em muitas reuniões científicas).

De facto, elês sabem combinar as exigências de uma alimentação sadia com a produção ordenada e rediticia de produtos alimentares, sejam naturais ou transformados, nutricionalmente apropriados para essa alimentação saudável.

Os nutricionistas sabem diagnosticar a situação nutricional das populações e dos países onde trabalham e dominam os métodos de estudo que possibilitam propor modelos comportamentais, de prática alimentar, de escolha de alimentos e de procedimentos culinários adaptados às necessidades da população real, em cada momento, e em conformidade com possibilidades financeiras e com a identidade cultural (sempre preservável e respeitável) de cada agredido humano e de cada país.

Estão aptos para fazer diagnósticos de situação e perspectivar cenários evolutivos, tendo em vista formular políticas sectoriais coerentes, adaptadas, viáveis e económicas de produção, troca, armazenagem, distribuição, comercialização e orientação de consumos. Em suma, estão capacitados para habilitar os definidores da política de saúde (os governos), recolhendo e ordenando dados e conjecturando leques de soluções, tendo em vista a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Os nutricionistas também dominam técnicas de comunicação e educação que os habilitam para a sensibilização e educação alimentar do público. E sabem reconhecer e reconhecer grupos vulneráveis dentro de uma população para o caso da educação sectorial dirigida a tais grupos.

Também detêm outros saberes, nomeadamente no campo da nutrição clínica, que não vêm para a substância deste texto, onde desejamos realçar que é lastimável desconhecer uma classe profissional especificamente preparada para apoiar tecnicamente uma política alimentar virada para a saúde, para desenvolver e implementar um programa nacional de educação alimentar e para dirigir e avaliar projectos específicos de intervenção alimentar (entenda-se desenvolver planos alimentares

em instituições e em períodos de catástrofe).

O ESTADO NÃO PODE CONTINUAR INDIFERENTE

Os efeitos de qualquer política, seja industrial, comercial, financeira ou de ordenamento territorial, podem interferir na situação alimentar do país e devem ser objecto de atenção dos legisladores, caso lhes interesse a saúde dos cidadãos.

A composição e actuação de um parlamento e de um governo resultam da situação cultural dos cidadãos.

A legislação reflecte essa situação cultural e a capacidade dos cidadãos para intervirem na vida pública.

Não se podem furtar as escolas, os serviços de saúde, as cooperativas, os sindicatos, as organizações de consumidor, as sociedades científicas, as colectividades de cultura e recreio e as pessoas que não abdicam de ser cidadãos, e, portanto, que não perderam a sua aptidão para se rejubilarem e indignarem publicamente, a lutarem consequentemente pela melhoria da situação alimentar e sanitária do nosso país. Um governo democrático ouvi-los-á com certeza e agirá para o bem público, caso compreenda a argumentação.

Sábado, 19 Out.º 1996